



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. II

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
#FLCH/USP

1998

Os parâmetros curriculares nacionais e os novos desafios da escola

José Carlos Barreiro
Universidade Estadual Paulista/*Campus* de Assis

Gostaria de encaminhar o levantamento dos problemas em relação aos Parâmetros Curriculares apontando inicialmente para uma questão geral, que se refere não somente ao ensino de história, mas à escola de uma forma mais ampla.

Apesar do caráter heterogêneo que caracteriza nossa sociedade, creio que podemos dizer que ela se articula, no plano internacional, a um mundo que disponibiliza cada vez mais, e de forma ágil, uma grande quantidade de informações.

Essa constatação implica que qualquer discussão ou proposta que se venha a fazer em relação à escola deve levar em consideração a avaliação sobre o quanto a escola brasileira contemporânea está ou não se articulando a essa realidade.

As evidências empíricas que estão ao alcance de pais, professores e alunos são as de que, em maior ou menor grau, nesta ou naquela região, a escola está caminhando a reboque da sociedade, no que respeita ao que a sociedade disponibiliza cotidianamente, em termos de informações, conhecimentos e experiências possíveis.

Isso talvez explique por que um dos maiores dilemas do professor hoje em dia seja o de manter a “disciplina” em sala de aula. Como a escola deixou de ser o lugar do desafio e do viver a dialética da dor e do prazer na produção do conhecimento, o professor

é obrigado a trabalhar, impondo aos alunos a ditadura da ordem, do silêncio e da disciplina. A tarefa de ensinar acaba implicando, paradoxalmente, a destruição mesma da liberdade, condição primeira de sua possibilidade de realização.

Em relação ao ensino de história, é preciso discutí-lo também à luz das novas condições da sociedade contemporânea. Não é suficiente para resolver esta questão o capítulo relativo às orientações didáticas, desenvolvido nos Parâmetros Curriculares. Por mais historiográfica e didaticamente bem informado que esteja, ele não dá conta de discutir o que é ensinar história em uma sociedade em que, do ponto de vista da densidade e velocidade de informações, do ponto de vista dos desafios e experiências possíveis, da multiplicidade e complexidade de linguagem, não é mais a de dez anos atrás. Acho que a elaboração de um documento como os Parâmetros Curriculares poderia ter dado ensejo a uma grande discussão envolvendo mais amplamente os professores e a comunidade, para refletirem sob que aspectos o ensino de história teria de se renovar para continuar fazendo sentido às novas gerações e ao mundo moderno.

584

Num segundo nível, gostaria de refletir sobre a opção política do Ministério da Educação em excluir os professores dos processos de discussão e decisão em relação às matérias subordinadas à questão da promoção da melhoria do ensino. Isso é visível não só em relação à elaboração dos Parâmetros Curriculares, cujo conteúdo não foi submetido a uma discussão mais ampla, como também à definição do critério de escolha e classificação dos livros didáticos.

Essas posições supõem, mais do que uma mera desconfiança no discernimento e na capacidade do professor, que ele tenha critério e opinião em relação às coisas que dizem respeito à sua profissão. Os Parâmetros Curriculares são mais do que uma referência geral e básica para o ensino fundamental, e acabam por se constituir na definição de uma opção metodológica que vincula o professor a uma espécie de tutela. Uma tutela necessária, de acordo com os pressupostos do MEC, porque sua política se sus-

tenta na premissa de que os professores não têm autonomia intelectual para elaborar o diagnóstico de uma realidade e propor o desenvolvimento de um conhecimento específico que atenda às expectativas e às necessidades dessa realidade.

Acho que as deficiências do professor são uma realidade que não se pode ignorar. É dela, aliada a tantos outros fatores perversos, decorrentes da falta de investimentos, política de avaliação e de gerenciamento na educação, que decorre a atual taxa média de 30% de repetência e de um índice de evasão segundo o qual para cada cem alunos apenas sessenta concluem o Primeiro Grau.

Em todo o caso, se nós tivermos que lidar com essa deficiência, o melhor caminho não é certamente definir para o mestre as diretrizes teóricas e conteudísticas de seu trabalho, através de um documento como os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mesmo que a intenção fosse implantar, de cima para baixo, uma metodologia única de ensino, isso não se viabilizaria com a edição de um documento como esse, que traz em seu bojo um certo estreitamento de possibilidade de escolhas, porque o que está em pauta é a formação de profissionais capazes de desenvolver um trabalho competente na escola.

E é preciso que haja propostas nessa direção. Em relação aos professores que já estão no mercado de trabalho, o caminho mais sensato é o da definição de uma política nacional, voltada para um trabalho de completar a formação do professor naquilo que é fundamental, para que ele se transforme num profissional autônomo, capaz de definir livremente seu conteúdo e suas estratégias de ensino.

Em relação aos futuros professores, o problema a ser discutido é o tipo de trabalho que as universidades estão desenvolvendo com vistas à formação do professor. Neste particular, não se pode ignorar a realidade da existência das faculdades particulares. Surgidas no interior de um contexto específico, a maioria funciona sem condição de formar qualquer tipo de profissional. Nesse sentido, é fundamental ampliarmos nossa participação nas comissões

que analisam a solicitação da implantação de novos cursos, e sermos extremamente rigorosos em nossas decisões.

Quanto às universidades públicas, gostaria de retomar uma questão já anteriormente colocada pelo professor Marcos Silva. Trata-se da questão de como o professor universitário de história tem até agora entendido a sua tarefa de formar professores para o ensino de Primeiro e Segundo graus. Pelo menos dois problemas podem ser destacados: o primeiro, é o de que tem prevalecido visão de que aos professores das chamadas disciplinas específicas cabe ensinar conteúdo e aos professores das disciplinas pedagógicas, cabe cuidar da licenciatura e de todos os aspectos vinculados à formação do professor. Essa dissociação entre o ensino e a pesquisa empobrece a formação do professor para o ensino de Primeiro e Segundo graus. O segundo aspecto refere-se ao fato de que o professor universitário não só não se sente prestigiado, mas é até discriminado quando tem seu trabalho preponderantemente voltado para as questões de ensino. O prestígio de um professor universitário decorre fundamentalmente da elaboração de teses, publicação de livros, artigos e participação em congressos internacionais. As avaliações de sua carreira para a manutenção de seu emprego, são também fundamentalmente realizadas a partir desses itens.

Para concluir, eu diria que quando a Universidade assumir inteiramente a sua destinação histórica, que é também a de formar professores, haverá menos espaço para políticas educacionais de conteúdos impositivos, como as que atualmente presenciamos, não só em relação Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também ao Guia de Livros Didáticos e à política de avaliação das universidades.